

# **POR UMA COMUNICAÇÃO SENSÍVEL AO CUIDADO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ÉTICA ECOFEMINISTA**

## ***FOR A CARE-SENSITIVE COMMUNICATION: CONSIDERATIONS FROM AN ECOFEMINIST ETHICAL PERSPECTIVE***

Pâmela Stocker<sup>1</sup>

### **Resumo**

Em consonância com o cenário que vivenciamos hoje, em meio a pandemia da Covid-19, a negativa do atual governo de aderir às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a tentativa da mídia dita tradicional de cumprir o seu papel imersa na crise de credibilidade que vem enfrentando nos últimos anos, faço neste ensaio, com base em pesquisa referencial, uma ponte necessária e possível entre a ética ecofeminista e o jornalismo, pensando também de forma mais abrangente a comunicação. Inspirada na obra de Karen Warren (2000), proponho sete características-chave para pensarmos em uma Comunicação sensível ao cuidado. Assim como a ética sensível ao cuidado consiste em uma crítica ao viés masculinista das éticas tradicionais e na necessidade do desenvolvimento de uma nova ética, a comunicação sensível ao cuidado estaria atenta ao viés masculinista do jornalismo tradicional e hegemônico e a urgência do desenvolvimento de um novo paradigma comunicacional.

**Palavras-chave:** Ética ecofeminista. Comunicação. Jornalismo. Sensível ao cuidado. Karen Warren.

### **Abstract**

In line with the scenario we are experiencing today, in the midst of the Covid-19 pandemic, the current government's refusal to adhere to the recommendations of the World Health Organization (WHO) and the traditional media's attempt to fulfill its immersed role In the crisis of credibility that I have been facing in recent years, I make this essay, based on referential research, a necessary and possible bridge between ecofeminist ethics and journalism, also thinking more comprehensively about communication. Inspired by the work of Karen Warren (2000), I propose seven key characteristics for us to think about Communication sensitive to care. Just as care-sensitive ethics is a critique of the masculinist bias of traditional ethics and the need to develop a new ethics, care-sensitive communication

---

<sup>1</sup> Jornalista, mestra e doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8378660889998740>. ORCID: 0000-0001-9294-3695. E-mail: [pamelastocker@gmail.com](mailto:pamelastocker@gmail.com).

would be attentive to the masculinist bias of traditional and hegemonic journalism and the urgency of developing a new one communicational paradigm.

**Keywords:** Ecofeminist ethics. Communication. Journalism. Sensitive to care. Karen Warren.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando escrevi minha tese de doutoramento, entre 2014 e 2017 (STOCKER, 2018), escolhi olhar para os comentários de leitores em interação com o jornalismo, quando este trazia à tona novos mapas de significado sobre gênero e transexualidade. Neste espaço de interação desprestigiado e temido - somos alertadas constantemente a não ler os comentários das notícias – que me defrontei com as complexas relações que as coisas ditas estabelecem entre os sujeitos, a verdade e o poder. Nesse ambiente em que muitos discursos ganham materialidade, pude observar de perto algumas verdades sedimentadas, emoções e preconceitos que encontraram espaço confortável e seguro para irromper. Ainda que bastante desgastante, a tarefa de observar esse universo discursivo mais de perto foi capaz de fornecer pistas importantes para repensar a comunicação e a necessidade de uma nova perspectiva ética de compreendê-la.

Durante a análise dos **2.460 comentários** de leitores, coletados entre 2015 e 2017 em publicações realizadas pela revista Galileu, o programa televisivo Globo Repórter, o jornal Folha de S. Paulo e o programa Fantástico em suas fanpages no Facebook, busquei entender de que forma o jornalismo foi legitimado ou deslegitimado nos enunciados dos leitores; procurei apontar os mecanismos de controle do discurso empregados para invalidar os novos mapas de significado, além de sublinhar os elementos do contrato de comunicação que motivaram e desencadearam algumas percepções. Procurei também demarcar diferentes modos de produção da identidade e da diferença imbricados nos núcleos de sentido que encontrei, a fim de identificar as marcas presentes nas enunciações dos leitores. Observei ainda como se posicionou e interagiu o jornalismo frente à conversação em rede gerada por suas pautas.

As reportagens sobre identidade de gênero e transexualidade, temática social controversa, pouco problematizada e quase sempre tangenciada pelo jornalismo, apesar de sua importância, resultaram em expressivas manifestações de leitores, que mobilizaram sentidos conectados ao cenário e ao contexto social que lhe deram condições e possibilidade de

irromper. Esses “mínimos documentos” de nosso tempo me possibilitaram acessar sentidos que estavam na superfície, coisas que puderam ser ditas, como lembra Foucault (1969), nesse determinado lugar e contexto histórico. Capturar esses documentos e observá-los como monumentos me permitiu extrair enunciados com valores de verdade daquilo que foi dito, observar o inconsciente positivo dos saberes, o jogo, as disputas e as batalhas que se travaram discursivamente.

O que pude observar ao longo da análise foi que algumas escolhas realizadas por cada veículo na construção das reportagens contribuíram para a geração de sentidos mais afeitos à abertura ou ao fechamento das percepções dos leitores em relação à alteridade e até mesmo à legitimação ou deslegitimação do próprio jornalismo.

Analisando atentamente a relação entre texto jornalístico e os comentários dos leitores, encontrei diversas marcas que me pareceram significativas em provocar determinados tipos de reação positivas ou negativas em relação aos novos mapas e até mesmo em relação ao jornalismo. Percebi que algumas “escolhas” ligadas à construção da pauta poderiam ser observadas por uma lente epistemológica de gênero. Se todas as coisas do mundo possuem um valor relativo ao gênero (LOURO, 2003), o jornalismo poderia então se construir numa perspectiva masculinista ou adotar uma postura mais afeita aos valores do feminino. Descobri que a intenção de alguns veículos ao construir um texto objetivo e científico, dentro dos preceitos e valores tanto do jornalismo como da ciência, em busca de uma suposta “verdade”, mostrou-se incapaz de provocar nos leitores qualquer sentido de empatia ou aderência ao discurso. Durante grande parte da pesquisa, os comentários que coletei estavam majoritariamente interditando as pautas apresentadas e procurando colocar a credibilidade dos jornais/revistas/programas televisivos ou daquilo que estava sendo dito em xeque. Foi apenas no último ano da coleta de material que começaram a surgir alguns comentários com sentido oposto. Percebi que estes comentários que traziam sentidos de compaixão e empatia advinham especificamente das reportagens publicadas pelos veículos que construíram a pauta mantendo o equilíbrio entre o espaço destinado as vozes dos personagens envolvidos e suas subjetividades e o espaço concedido às fontes tradicionais e instâncias legitimadas com valor de autoridade e credibilidade. Devo destacar que o aparecimento desse núcleo de sentidos naquele momento da pesquisa foi um bálsamo e uma golfada de esperança, que abria para mim algumas brechas importantes e necessárias para repensar o papel do jornalismo e da

comunicação frente a esse cenário que muitos denominaram como “crise” do jornalismo (PINTO, 2008; LEAL et al, 2014; CHRISTOFOLETTI, 2019; ALENCAR, 2020).

O que ficou evidente em minhas análises foi que, ao compreender que não existe uma única verdade, ao complexificar e humanizar a pauta, o jornalismo abria a possibilidade para que o “encontro com o Outro” (RESENDE, 2009) fosse possível, provocando emoção e reações de empatia e compaixão nos leitores. Ao tornar possível a comunicabilidade, fazendo com que os leitores fossem capazes de acolher o novo mapa de significado e não o interditar, a narrativa jornalística estava cumprindo o seu papel transgressor, para além da ordem do discurso (FOUCAULT, 1971). Por sua vez, as tentativas de apreender o mundo de forma simples e por meio de fórmulas em busca de uma realidade objetiva nos moldes positivistas, continuavam gerando o mesmo tipo de distanciamento dos leitores em relação às pautas apresentadas.

Finalizado o processo de doutoramento, tive acesso a uma série de leituras ecofeministas que vem me auxiliando a compreender os achados e os desdobramentos da tese em consonância com o cenário que vivenciamos hoje, em meio a pandemia da Covid-19, a negativa do atual governo de aderir às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a tentativa da mídia dita tradicional de cumprir o seu papel imersa na crise de credibilidade que vem enfrentando nos últimos anos. Ao conhecer a ética ecofeminista e a ética sensível ao cuidado, imediatamente percebi algumas pontes necessárias e possíveis em direção ao jornalismo e à comunicação como um todo. Assim como a ética sensível ao cuidado consiste em uma crítica ao viés masculinista das éticas tradicionais e na necessidade do desenvolvimento de uma nova ética, a comunicação sensível ao cuidado estaria atenta ao viés masculinista do jornalismo tradicional e hegemônico e a urgência do desenvolvimento de um novo jornalismo, ou de um novo paradigma comunicacional. Me dediquei então, a partir destes paralelos e com base em pesquisa referencial, a explorar o que chamo de Comunicação sensível ao cuidado, construída a partir dos preceitos éticos ecofeministas e da ética sensível ao cuidado, elaborada por Karen Warren (2000).

## 2 CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA DO CUIDADO PARA PENSAR UM NOVO PARADIGMA COMUNICACIONAL

O movimento ecofeminista nasceu na década de 70, da confluência das lutas ecológicas e feministas dos movimentos políticos antinucleares, antimilitares, contra os resíduos tóxicos e pela libertação dos corpos das mulheres. O termo foi criado pela ativista francesa Françoise d'Eaubonne ao identificar um ponto de contato relevante entre reivindicações feministas e preocupações ambientais no início dos anos 70: a superpopulação global. Ela reivindicava a liberdade das mulheres para decidir se deveriam ou não ter filhos quando as leis da França ainda não reconheciam esse direito. No Brasil, o termo só ganhou visibilidade durante a ECO-92, uma das principais conferências ambientais do planeta.

Cabe sublinhar que o ecofeminismo não tem uma corrente homogênea de pensamento, mas sim várias tendências diferentes e controversas, chamadas de “correntes de pensamento ecofeministas”. Ainda pouco conhecidas e muitas vezes injustamente rejeitadas sob o rótulo de “essencialistas”, surgem do encontro entre feminismo e ecologia. Devido a essa dupla filiação, ainda são grandes desconhecidas para parte de ambos os movimentos.

Hoje, o ecofeminismo é plural, partilha vozes críticas e diversas que proporcionam olhares múltiplos para as realidades do mundo. Como projeto ético e político, apresenta-se como alternativa à crise ambiental e de valores capitalistas que enfrentamos atualmente. Para a filósofa Daniela Rosendo:

O ecofeminismo é uma posição que leva em consideração a perspectiva feminista e as teorias ambientais, com o objetivo de conjugar ambas e superar o sistema de opressão caracterizado pela relação de subordinação às quais as mulheres e a natureza são submetidas pelos homens. (ROSENDO, 2012, p. 21).

De acordo com Karen Warren (2000) seria necessária uma reformulação do feminismo para que ele passe a considerar também a libertação dos não-humanos e da natureza. Na mesma direção, as éticas ambientais deveriam passar a considerar moralmente os humanos em situação de vulnerabilidade e que sofrem as consequências da exploração da natureza. Na perspectiva da filósofa, existe uma lógica de dominação que vincula todos os “ismos” de opressão: machismo, racismo, heterossexismo, especismo, entre outros.

Por isso, pode-se dizer que o ecofeminismo traz um acréscimo à maioria dos feminismos, pois busca superar todas as formas de discriminação ampliando o círculo de moralidade para incluir a natureza e os animais não-humanos no debate. Desta forma, instrumentaliza o enfrentamento à coalizão entre capitalismo, patriarcado e colonialismo, compreendendo alguns preceitos do feminino (presentes em todos os seres humanos) como a criatividade, a compaixão, a não violência, o cuidado e a cooperação, como seu poder e sua potencialidade para lutar por um mundo mais justo e igualitário por meio de uma nova ética.

Além de criticar o viés masculinista das éticas tradicionais e apontar a necessidade de se pensar uma nova ética, o que define a ética ecofeminista é a constante necessidade de equilibrar o conflituoso debate entre justiça e cuidado. Marcada historicamente pela rejeição dos sentimentos e da emoção, a ética tradicional avalia condutas morais em termos de direitos e deveres, regras ou princípios morais. Nesse cenário, o agente moral é visto como racional, imparcial, desinteressado, ao passo que a moralidade é vista como uma questão de direitos, regras ou princípios relevantes. Em contrapartida, **a perspectiva do cuidado** avalia a conduta moral em termos de valores, como cuidado, amizade e confiança, os quais não são redutíveis à consideração de direitos ou regras.

Estas problemáticas são muito similares aos debates travados em relação ao conhecimento produzido pelo jornalismo e sua estreita relação com o cientificismo, já sublinhados por Nilson Lage (1985), Cremilda Medina (2015), Genro Filho (1987), Eduardo Meditsch (1992), Fernando Resende (2009) e Veiga da Silva (2015), que destacaram a influência de uma epistemologia positivista presente nos modos de pensar e produzir o conhecimento jornalístico ao longo da história. A razão e a ciência são consideradas fundamentos neutros, seguros, objetivos e universais, que levariam ao conhecimento verdadeiro. Para Veiga da Silva, os saberes produzidos e entendidos como verdade partem de “um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, etc.) e de uma epistemologia hegemônicas [...]” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41). Assim como Warren sugere a complementaridade entre a ética dos direitos (de viés masculinista) e a ética centrada na responsabilidade (baseada em valores associados ao feminino) para construir a ética sensível ao cuidado, a Comunicação sensível ao cuidado não sugere o abandono da objetividade e outros valores essenciais ao jornalismo, mas sim a retomada do significado perdido da objetividade e da imparcialidade, destacado por Kovach e Rosenstiel (2004). Os autores sublinham justamente que é o método

que deveria ser objetivo, e não o jornalista. O foco deveria ser a disciplina empregada na verificação, e não a finalidade. Isso sugere a recusa do paradigma simplificador que busca uma realidade objetiva nos moldes positivistas, constituinte dos modos como o jornalismo interpreta discursivamente os acontecimentos, vê e convida a ver a realidade. Nessa direção, o jornalismo sensível ao cuidado reconhece os limites da noção de objetividade, visto que não apenas reflete a realidade, mas também ajuda a construí-la, ao passo que é construído por ela. O conhecimento daí oriundo refere-se a distintas e complexas realidades, desvendando inúmeros modos de conhecer e descartando a ideia de uma verdade única e objetiva.

Além disso, cabe destacar que a proposta de Warren é fortemente permeada pela **contextualidade**, ou seja, os contextos nos quais se formula a ética devem ser considerados, permitindo a escolha dos princípios mais adequados para cada situação. Esses modos de pensar e compreender a ética alinham-se à “objetividade feminista” proposta por Donna Haraway (1995) e, como apontei em minha tese, à necessidade de reconhecer o lugar e a voz do jornalista como localizada e corporificada.

Assim como no campo ético nem todos os conflitos podem ser resolvidos racionalmente se não forem considerados os fatores emocionais/parciais, no campo jornalístico entendo que, enquanto não houver o resgate do papel da emoção e da experiência, não será possível cumprir na integralidade o papel cidadão do jornalismo (BUCCI, 2000), que consiste em auxiliar o leitor a perceber a realidade, ajudar a traduzi-la, explicá-la e dar o seu contexto.

Outro aspecto que me parece produtivo destacar se refere a perspectiva ética da justiça, que pressupõe que o ponto de vista de quem está no topo da hierarquia funciona como um **ponto de vista invisível**, despercebido e privilegiado. Nessa lógica, os problemas morais são definidos a partir desse ponto de vista superior, fazendo com que a tradição da justiça não capte adequadamente o ponto de vista daqueles que estão na base de várias hierarquias. Da mesma forma, por muito tempo o jornalismo foi visto e reconhecido como uma voz neutra e imparcial. Como relembra Grosfoguel (2008) o apagamento daquele que fala e o ocultamento do lugar a partir do qual se pronuncia desvincula o lugar epistêmico étnicorracial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo, como se o conhecimento fosse passível de neutralidade, negando o seu comprometimento com o poder. Na mesma direção, a professora Larissa Pelúcio (2012) explica que as marcas históricas e culturais dos discursos que constituem os sujeitos vão também marcar suas produções científicas e reflexões. Peculiaridades locais,

relacionadas à raça, classe e sexualidades devem ser consideradas como marcas determinantes na produção do conhecimento, inclusive do conhecimento jornalístico e comunicacional. A imparcialidade deve ser evocada para indicar isenção em relação aos fatos, e não às fontes, já que a “voz neutra”, sem disciplina de verificação, por vezes atua como um verniz falso de objetividade. Nessa perspectiva, Kovach e Rosenstiel sugerem adotar a “Regra da Transparência”, uma postura de honestidade com o público que consiste em informar o que sabe e o que não sabe, revelando “o máximo possível sobre as fontes e métodos” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 126). A longo prazo, esse jornalismo mais transparente e com espaço para a subjetividade seria capaz de formar leitores mais perceptivos, além de estabelecer uma relação mais próxima entre jornalista e leitores. Não se trata mais de decidir o que o público deve saber, mas sim auxiliar os leitores a colocar as coisas em ordem, oferecendo informação confiável e ordenada de forma compreensível.

Como percebi nas análises feitas na tese, a escolha jornalística por enquadramentos mais sensíveis, fontes diferenciadas, estratégias narrativas mais plurais, a abertura para a voz e experiência do outro e a complexificação da pauta – que numa perspectiva epistemológica de gênero denotam valores do feminino – resultam em sentidos mais afeitos à alteridade e abertura dos leitores para a equidade, respeito e compaixão. Por sua vez, os enquadramentos mais duros, o distanciamento das personagens e suas vivências, a tentativa de simplificação da temática, o uso de apenas fontes primárias técnicas e o uso de estratégias narrativas verticalizadas e autoritárias – numa abordagem classificada como masculinista – resultam em sentidos voltados à manutenção e transformação das diferenças em desigualdades e na interdição dos novos mapas pelos leitores.

Importa lembrar que durante muito tempo o jornalismo manteve a hegemonia ideológica do seu material discursivo (AZEVEDO, 2006) e muitas vezes enfatizou visões estereotipadas e preconceituosas no âmbito das relações de gênero e sexualidade (BUENO, 2010; GROTZ, 2014). Mais do que narrar a diferença com empatia e ética, me parece essencial o movimento de mediação e responsabilização pelos sentidos que estão sendo produzidos pelos leitores e pelo diálogo que se desdobra na caixa de comentários das notícias e reportagens - independentemente da plataforma em que tenham sido publicadas. Trata-se de o jornalismo não mais assumir as diferenças como contradições que podem ser apaziguadas pela via da tolerância, mas sim de enfatizar e explicar como esses marcadores sociais podem e são transformados em desigualdades. Pedir tolerância ainda significa manter intactas as



hierarquias do que é considerado hegemônico. Me parece cada vez mais urgente que o jornalismo passe a mobilizar estas categorias de modo político, incorporando o reconhecimento das diferenças a fim de informar os cidadãos por meio de um diálogo ético e aberto à multiplicação de sentidos, à transgressão e à subversão de todas as formas de opressão e violência. Para que isso efetivamente aconteça, inspirada na ética ecofeminista de Warren (2000), proponho sete características-chave para pensarmos em uma Comunicação sensível ao cuidado a seguir.

### **3 SETE CARACTERÍSTICAS-CHAVE PARA UMA COMUNICAÇÃO SENSÍVEL AO CUIDADO**

1. A coerência da Comunicação sensível ao cuidado não está descolada de contextos históricos, sociais e conceituais. Se baseia em um conjunto de crenças, valores, atitudes e suposições sobre o mundo que precisam estar sob constante exame e revisão;

2. Nada que promova o sexismo, o racismo, classismo, capacitismo, especismo ou qualquer outra forma de dominação ou discriminação, integra a Comunicação sensível ao cuidado;

3. É uma comunicação contextualizada e localizada, de acordo com diferentes “vozes” e circunstâncias históricas, que passa de um foco masculinista para uma abertura ao viés do feminino – criativo, empático, complexo, acolhedor;

4. É uma comunicação inclusiva, que reflete e cresce em função da diversidade de perspectivas (mulheres, LGBTQs, pessoas negras, pessoas com deficiência, natureza, animais não humanos), que pressupõe e considera a diferença, mas também reconhece semelhanças;

5. Não tenta fornecer um ponto de vista objetivo ou neutro, uma vez que pressupõe que na cultura contemporânea não existe tal ponto de vista; Trabalha com a possibilidade de múltiplas verdades e não de uma verdade única irreduzível; Faz a crítica a todas as formas de saberes convencionais, com abertura para outras verdades e perspectivas não ocidentais e colonizadas.

6. Fornece um lugar central para os valores tipicamente despercebidos, minimizados ou deturpados pela Comunicação tradicional, como o cuidado, sem necessariamente se afastar do rigor teórico, técnico ou metodológico dos seus processos;

7. Preza por valores como a empatia, a responsabilidade, a confiança, a fidelidade e a sensibilidade, em detrimento de regras universais e cálculos imparciais utilitaristas, por exemplo. Assim, ao invés de enfrentar problemas com o conflito entre princípios e direitos, tem conflitos entre responsabilidades e comprometimento; Honra o seu papel “social”.

Reitero que ao listar estas características não pretendo esgotar as possibilidades, mas sim apontar algumas direções possíveis aos comunicadores e comunicadoras, inspirada nos princípios éticos ecofeministas. O propósito de uma ética comunicacional sensível ao cuidado envolve dois aspectos principais: uma crítica ao viés masculinista das teorias e práticas do jornalismo, da publicidade e da comunicação organizacional tradicionais, e o desenvolvimento de uma perspectiva ética que não tenha esse viés.

Bem longe de recusar o paradigma da objetividade, a Comunicação sensível ao cuidado põe em destaque o papel do jornalismo, da publicidade e da comunicação organizacional no seu compromisso com a democracia, sublinhando a dimensão da responsabilidade social, cidadania e promoção de garantias individuais e coletivas de direitos, igualdade e justiça, em especial para as crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas negras, trans, com deficiência, LGBTQ, animais e natureza.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Marta Thaís. Da pós-verdade a pós-imprensa: a crise do jornalismo na era da desinformação. **Cadernos Cajuína**, v.5, n. 1, 2020.

AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Recepção**: heterogeneidades e negociações de sentidos. O jornalismo político e os sujeitos leitores das revistas semanais. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: USP, 2006.

BATISTA, Raphaele. “Nem imparciais, nem objetivos, mas cúmplices”: Entrevista com Cremilda Medina. **Jornal O Povo**, ago. 2015. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2015/08/31/noticiasjornalpaginasazuis,3496850/nem-imparciais-nem-objetivos-mas-cumplices.shtml>>. Acesso em nov. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Noemi Correa. **Jornalismo impresso e relações de gênero**: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo do caso de hostilização a uma estudante. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Bauru: UNESP, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1969].

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1971].

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. Documento digitalizado, disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index3.htm>>. Acesso em: setembro de 2020.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, 2008.

GROTZ, Fabio M. **O "segredinho" que não é mistério**: corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v.5, 1995.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

LEAL, Bruno Souza et al. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Líbero**, n.34, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v.2, n.2, 2012.

PINTO, Manuel. **Digressão sobre a ‘crise do jornalismo’ - entre definhamento e reinvenção**. Texto da Lição de Síntese apresentada como requisito das Provas de Agregação no ramo de Ciências da Comunicação, área de conhecimento de Sociologia da Informação, na Universidade do Minho. Braga – Portugal, 2008.

RESENDE, Fernando. A narratividade do discurso jornalístico – a questão do outro. **Rumores**, São Paulo, v.3, n.6, 2009.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado**: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren. Florianópolis: UFSC, 2012.

STOCKER, Pâmela Caroline. **Jornalismo e gênero**: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2015.